

• Constituinte

Aços laminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex 11 44451 **60 anos Mangels** Empresa 100% Brasileira

SEGUNDO TURNO

Empresários querem mudar 23 pontos na próxima etapa

por Ascânio Seleme de Brasília

A União Brasileira de Empresários (UBE), reunida ontem em Brasília, apresentou suas sugestões para emendas supressivas ao projeto de Constituição do segundo turno. São 23 emendas, já apresentadas por diversos parlamentares, que nasceram nos corredores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), e que pretendem dar nova cor ao texto constitucional aprovado em primeiro turno.

O presidente da CNC e coordenador da UBE, Antônio de Oliveira Santos, disse que a disposição dos empresários não é derrubar conquistas sociais introduzidas na nova Constituição. "Queremos apenas eliminar dispositivos que enaltecem o lazer em detrimento do trabalho", disse o empresário. As propostas da UBE foram entregues em duas versões. A primeira, para consumo externo, aponta as emendas e dá as suas justificativas. A segunda, para consumo interno, além de apresentar as emendas, mostra o quadro de votação que a matéria teve no primeiro turno, explicitando, até, quem votou a favor ou contra cada uma das emendas.

Segundo Oliveira Santos, dos 23 pontos propostos, pelo menos 3 são considerados "imprescindíveis": o turno de 6 horas para os trabalhadores; a fixação dos juros em 12%; e o direito à greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam defender.

"Se não modificarmos esses pontos, especialmente os três imprescindíveis, a economia do País será gravemente atingida", disse Oliveira Santos. Os empresários querem também suprimir o direito de férias com salário acrescido de mais um terço da remunera-



Antônio de Oliveira Santos

ção normal. A sugestão elimina ainda a exploração pelos estados, com exclusividade, dos serviços de gás canalizado. O elenco de sugestões modifica também os conceitos de empresas brasileiras e de capital nacional.

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter entende que a participação da UBE é importante para a Constituição. "Na questão do turno único de seis horas, nosso entendimento é que devemos priorizar a negociação direta entre trabalhadores e empresários e não aceitar imposição via Constituição", exemplificou. Gerdau Johannpeter garante que vai reduzir suas atividades ou mesmo suspendê-las se o dispositivo for mantido na Constituição. "Eu vou reduzir minhas atividades ou parar, mas não vou inviabilizar-me", sintetizou o empresário.

Para o presidente do grupo Gerdau, os constituintes poderão fazer com que a atual geração "perca o bonde da História". Mas observou que os políticos poderão até desacelerar o nosso desenvolvimento, "nunca estagná-lo".

Na sua opinião, não será atando as mãos do empresário que teremos as condições para uma melhor distribuição da renda nacional, ao contrário.

Lideranças decidem como serão votadas as emendas supressivas

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Em duas reuniões realizadas ontem pela manhã e à tarde no gabinete do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, cerca de vinte líderes partidários e de grupos representativos da Assembleia fecharam acordos sobre o procedimento de votação que será usado no segundo turno, cujo início está previsto para a próxima segunda-feira, dia 25.

Nas reuniões de ontem, os líderes não discutiram acordos sobre os temas polêmicos que serão votados na segunda rodada de votações da Assembleia. Para debater este assunto, foi marcado um novo encontro das lideranças com o presidente da Constituinte para a manhã do dia 25.

Pelo que ficou decidido, as sessões de votação do segundo turno serão realizadas de segunda a quinta-feira. O deputado Ulysses Guimarães se comprometeu a fazer verificação de quórum em todas as sessões exatamente às 14h30, para pressionar os consti-

tuintes a comparecerem ao plenário. As sessões deverão estender-se até às 22 horas.

As sextas-feiras e nos finais de semana, não haverá sessões para que os constituintes que se estão preparando para disputar as eleições municipais do próximo mês de novembro possam deslocar-se para suas bases eleitorais. Calcula-se que cerca de um terço dos parlamentares disputará as eleições para prefeituras de todo o País.

O projeto de Constituição "B" (que é o resultado da votação em primeiro turno revisado pelo relator da Assembleia, deputado Bernardo Cabral) será votado de uma só vez pelo plenário, ressalvadas as emendas supressivas que forem destacadas para serem votadas individualmente. No primeiro turno, a votação foi feita sobre cada título do projeto de Constituição.

A votação das emendas destacadas será feita seguindo a ordem crescente dos artigos que estão no projeto "B". Caso os autores concordem, serão votadas em bloco emendas diferentes e que se referam a

diferentes artigos do texto, desde que tratem de um mesmo tema. Nessas votações em bloco receberão preferência, ou seja, serão votadas primeiro, as emendas que instituem a supressão de um artigo inteiro. Se elas forem rejeitadas pelo plenário, serão votadas as demais emendas que estabelecem a supressão parcial (de apenas um termo ou uma frase) dos artigos em questão.

Haverá votação simbólica (que é feita sem a necessidade do voto nominal de cada um dos constituintes) das emendas que não afetem o conteúdo do texto, chamadas emendas de correção de erros, de contradição ou de omissões. Na votação simbólica, não é feita verificação de quórum e não são necessários 280 votos para a aprovação da emenda. Só haverá esse tipo de votação nos casos em que existir acordo de lideranças.

As emendas que se referem apenas a correções de linguagem sobre o projeto "B" serão enviadas diretamente à Comissão de Redação da Constituinte e não passarão pelo plenário.

Reflexos da nova Carta no TRT

por Miriam Lombardo de Brasília

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Marcelo Pimentel, listou ontem para este jornal alguns itens aprovados no primeiro turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte que, se não forem regulamentados em legislação complementar tão logo seja promulgada a nova Carta, acabarão por provocar um congestionamento da Justiça do Trabalho.

Isso porque, explicou ele, com o surgimento do mandato de injunção — que determina o cumprimento dos direitos legalmente previstos na Carta Consti-

tucional, mesmo que dependentes de regulamentação, se esta não tiver sido feita no tempo previsto —, e da norma prevista no parágrafo 2º do artigo 117 — que permite a cada Tribunal Regional adotar a interpretação que quiser para a lei em questão, sem ficar sujeito a recurso a instância superior, salvo se ferir o texto da lei —, corre-se o risco de que itens pouco claros e com interpretação dúbia tenham entendimento diferenciado nas mais diversas regiões do País.

Um dos itens que, segundo Pimentel, poderá provocar problemas à Justiça, é o inciso IV do artigo 7º do capítulo dos Direitos So-

ciais. Nesse inciso, fica disposto que o salário mínimo, fixado em lei e nacionalmente unificado, será capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família. Segundo Pimentel, no caso de um trabalhador ingressar na Justiça tão logo seja promulgada a nova Carta exigindo o fiel cumprimento do texto, ou seja, um salário mínimo real, tem-se presente o risco de serem definidos valores diferenciados para cada região do País, dependendo dos critérios a serem adotados por cada juiz regional.

Outro item, contido na nova Carta, e que no entender de Pimentel deverá

trazer muitos problemas à Justiça do Trabalho, é o que trata da anistia aos trabalhadores demitidos por motivos políticos. De acordo com o artigo 9º das Disposições Transitórias, fica assegurada essa anistia a todos os trabalhadores demitidos de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da nova Carta, devendo a atividades políticas. "Como definir esta atividade política? Isto é o mundo", comentou Pimentel ao revelar sua preocupação de que todos os trabalhadores demitidos nesse período acorram à Justiça dizendo terem sido demitidos por motivação política, para serem reconduzidos aos seus postos. "Tem de haver uma lei complementar estabelecendo alguns critérios, caso contrário vai haver uma baderna total neste País", enfatizou o ministro.

Para Marcelo Pimentel, a Constituinte poderia aprovar um período de vacância de 180 dias para que o mandato de injunção fosse utilizado, para se dar tempo à formulação das leis complementares que irão reger esses e outros artigos. Além disso, o presidente do TST defende a supressão do artigo 117, parágrafo 2º, para evitar a regionalização da Justiça do Trabalho e garantir a uniformização das leis que atinjam toda a massa trabalhadora.

As sugestões da Contag

por Ascânio Seleme de Brasília

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) manteve ontem reunião como presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. O encontro serviu para que o presidente da entidade, José Francisco da Silva, apresentasse a Ulysses algumas sugestões da categoria para o segundo turno da Constituinte.

A questão mais polêmica trata do inciso que garante que propriedade produtiva não é passível de reforma agrária. A Contag quer a completa eliminação desse dispositivo que, segundo José Francisco, torna a questão agrária difusa e vulnerável.

Ulysses Guimarães garantiu que vai dar andamento ao pleito dos trabalhadores rurais, que, afinal, já mereceu emendas supressivas, e deu algumas sugestões à Contag: "Vocês agora têm que procurar os constituintes para garantir destaque (de votação em separado) da matéria. De outra forma ela vai ser votada em bloco, apenas atendendo ao parecer do relator, que pode ser bom, mas não garante sua aprovação", ensinou o deputado.

José Lourenço propõe adiamento na votação do texto constitucional

por Amauri Teixeira de São Paulo

O líder do PFL na Constituinte e um dos principais articuladores do "Centrão", deputado José Lourenço, afirmou ontem, em São Paulo, que medidas aprovadas pela Constituinte como o tabelamento dos juros, a jornada de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento e a ampliação dos direitos dos aposentados "podem comprometer a democracia no Brasil".

Lourenço, que na prática divide a liderança do bloco governista no plenário da Constituinte com o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), afirmou que essas propostas vão aumentar de maneira significativa o déficit público podendo elevar a inflação para "30, 40, 50% ao mês", o que levaria o País ao "caos". "O povo pode ir para as ruas pedir para os militares intervirem", disse.

"Para isso, estamos no bom caminho", advertiu. Na última terça-feira, em Brasília, Lourenço participou de uma reunião com todo o conselho político do governo e saiu como porta-voz da estratégia que será adotada em plenário para modificar alguns pontos do texto. Como parte dessa estratégia, ainda para esta semana, está previsto um pronunciamento, em cadeia de rádio televisão, do presidente José Sarney criticando a Constituinte.

Sem poupar críticas, Lourenço considerou ainda que não há problema na demora para a conclusão da nova Carta. "Gostaria que saísse logo, se for boa. Se for ruim, é preferível que não saia nunca", disse.

Caso não ocorram as mudanças que considera necessárias, Lourenço acha que o melhor seria adiar a segunda fase de votação da Constituinte e até cogitou a hipótese da convocação de uma nova Assembleia. "Podia dissolver-se essa Assembleia e convocar outra para ver se o povo vota-

ria nos mesmos candidatos", propôs. Indagado se isso não seria um sonho exclusivamente seu, Lourenço respondeu: "Sonhar às vezes é bom, e às vezes acontece de alguns sonhos meus virarem realidade".

ADIAMENTO
Para Lourenço, uma providência a ser tomada é o adiamento da próxima fase de votações para depois das eleições municipais de 15 de novembro. Segundo ele alguns deputados estão votando "mais em função das eleições do que em função da Nação". O caminho para isso, segundo o líder do PFL, é muito simples. "É só o doutor Ulysses Guimarães (presidente da Constituinte) anunciar o adiamento das votações para depois do dia 15 de novembro."

O próprio deputado Ulysses, acredita Lourenço, está preocupado em fazer da Constituinte um instrumento de campanha para as eleições do próximo ano. "A postura dele é a de candidato à Presidência da República", disse. "Isso é magia, é mentira, uma forma de usar o povo", acusou. Ulysses negou (veja matéria abaixo).

Sobre a possibilidade de o regime não permitir o adiamento das votações, Lourenço foi enfático: "O regime permite tudo".

Lourenço esteve em São Paulo para um almoço em sua homenagem oferecido pela Bolsa Mercantil e de Futuros (BM&F). E falou a um pequeno grupo de empresários, formado por diretores da BM&F e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

"Tratamos de problemas genéricos e que podem atrapalhar o desenvolvimento brasileiro", afirmou o presidente da BM&F, Luis Masagão Ribeiro. "Uma parte da Constituinte pensa populista, desde o presidente Ulysses Guimarães até deputados federais que são colegas nossos", disse o presidente da Bovespa, Eduardo Rocha Azevedo.

Ulysses rebate críticas

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, rebateu com ironia as críticas feitas pelo líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), à utilização da Constituinte como arma eleitoral pelo PMDB. Na opinião de Lourenço, segundo a Agência Globo, Ulysses estaria agindo como pai e mãe da Constituinte. Após a reunião de líderes partidários, realizada no seu gabinete, ontem de manhã, o presidente da Constituinte respondeu às acusações com bom humor.

"Ele diz que sou coruja, que sou pai e mãe da Constituição. Eu só tenho receio, pela amizade que lhe tenho, que ele entre para a história como a sogra da Constituinte, e uma sogra implicante", disse Ulysses.

Ulysses negou que o PMDB esteja utilizando a Constituinte como arma, mas reconheceu que o texto "progressista, contra as injustiças sociais", reverterá em benefício do partido, "pela circunstância de sermos majoritários".

"Vamos tentar melhorar o projeto", diz Dutra

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Na avaliação dos constituintes do PT, o texto aprovado no primeiro turno "não atende às principais reivindicações do povo brasileiro", como disse ontem o presidente nacional do partido, deputado federal Olívio Dutra (RS). "Por isso nosso partido votará não a este texto no segundo turno da Constituinte, mas vamos tentar melhorar o projeto através de emendas supressivas de todos os partidos de esquerda e da mobilização de entidades populares e sindicais", completou.

Tanto o presidente do partido quanto o líder do PT na Constituinte, deputado Luís Ignácio Lula da Silva, concordam em que o projeto aprovado no primeiro turno contém alguns avanços nas questões sociais, "mas eles estão aquém das aspirações da classe trabalhadora", como disse Lula.

Segundo ele, o PT quer manter no texto constitucional "exatamente os pontos que o governo deseja suprimir porque são estes tópicos que garantem as poucas conquistas que os trabalhadores tiveram na Constituinte". Olívio Dutra enumerou alguns temas que o PT quer manter na nova Constituição: direito de greve,

licença-maternidade, licença-paternidade, jornada de trabalho semanal de 44 horas e diária de 6 horas nos locais de funcionamento ininterrupto.

O deputado disse que seu partido aceita a supressão do termo "máxima" no artigo que estabelece a jornada de seis horas, mas ainda vai tentar reduzir a jornada semanal para 40 horas.

Entre as questões que o PT deseja suprimir do texto constitucional estão: o papel das Forças Armadas (a proposta petista é restringir a atuação dos militares à defesa da soberania nacional) e a reforma agrária. "Neste caso, vamos contar com uma forte mobilização dos trabalhadores rurais", disse Dutra.

A unicidade sindical e a cobrança obrigatória do Imposto Sindical também desagradam os petistas, mas nestes temas eles não contam com o apoio dos demais partidos de esquerda, que se dividem nessas questões.

Segundo Olívio Dutra, "o PT é contra qualquer tipo de anistia fiscal, mas não tem nenhuma emenda supressiva sobre os artigos que estabelecem a anistia das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado".

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade ligada ao PT, já distribuiu para os sindicatos a ela filiados em todo o País um documento com os nomes dos constituintes que apresentaram emendas para suprimir os pontos defendidos pela CUT. "Querem suprimir os nossos direitos, vamos suprimir-lhes um próximo mandato", diz o texto.

O presidente nacional da CUT, Jair Meneghelli, convocou todos os sindicatos filiados para uma reunião na sede da entidade, em São Paulo, amanhã de manhã, para discutir a mobilização para defesa das conquistas dos trabalhadores na Constituinte.

Agenda

Ontem	cidaram como será o procedimento de votação no segundo turno.
PARÊCER DO	Hoje
PARECER — O parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) sobre todas as emendas apresentadas para o segundo turno de votação da Constituinte, que deve começar na próxima segunda-feira, foi distribuído aos parlamentares. Os líderes partidários reuniram-se com o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, e de-	<ul style="list-style-type: none"> • PRAZO PARA DESTAQUE — Começa a correr o prazo de 48 horas para que os constituintes peçam destaque para as emendas que serão votadas na segunda rodada da Assembleia. As emendas não destacadas vão ser votadas em bloco pelo Plenário.